

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Sol a pino](#) 2

O Estado de S. Paulo

[Título: Ação da Petrobrás supera valor da ‘megacapitalização’](#) 3

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Sol a pino.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Ação da Petrobrás supera valor da ‘megacapitalização’	3
Título: TCU discute hoje acordo de revisão da cessão onerosa	4
Título: Chinesa Spic quer ampliar participação em energia	5
Título: Para reduzir dívida, CSN quer vender mais R\$ 4 bi em ativos até o fim do ano.....	6
Título: Venezuela compra US\$ 440 milhões em petróleo para enviá-lo subsidiado a Cuba	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Gasolina bate em R\$ 4,61 no DF	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Curtas	10
Título: STF começa a julgar 1ª ação penal do esquema Petrobras	11
Título: Colapso da PDVSA encarece o petróleo	12

Título: Venezuela importa petróleo para fornecer a Cuba	14
Título: Ameaça de corte na oferta de petróleo puxa preço do Brent.....	16
Título: Custos da Vale sofrem impacto, mas o câmbio ajuda	17
Título: Escalada das cotações já afeta fretes marítimos	18
Título: Alta da resina compensa nafta mais cara	20
Título: Busca por jatos eficientes pode beneficiar Embraer	21
Título: Com barril em alta, petroleiras reforçam caixa para leilão	22
Título: PPSA reduz volume de petróleo a ser ofertado dia 30	24
Título: Statoil muda de nome para se tornar uma companhia de energia	25
Título: SPIC passa a operar usina São Simão e mira novas oportunidades no Brasil	27
Título: CSN vai vender mais ativos para acelerar corte na dívida	28
Título: Bunge fará IPO de subsidiária sucroalcooleira	30
Título: Com Petrobras, bolsa fecha acima dos 85 mil pontos.....	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lydia Medeiros

Título: Sol a pino

Poder em jogo

O ministro Moreira Franco quer acelerar o programa de financiamento do uso de energia solar em residências — que é do Ministério da Integração, mas seria tocado em conjunto com Minas e Energia. Moreira já pediu ajuda ao ex-ministro Hélder Barbalho, idealizador do projeto, que prevê financiamento para compra e instalação dos equipamentos, com juros de 6,24% ao ano. Os recursos viriam dos fundos constitucionais do Nordeste, Centro-Oeste e Norte, regiões que serão beneficiadas. Hélder avisou a Moreira que os bancos precisam começar a oferecer os créditos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Karin Sato****Título: Ação da Petrobrás supera valor da ‘megacapitalização’**

Com resultados financeiros positivos e alta no preço do petróleo, papéis da estatal ultrapassaram as cotações registradas em 2010

Com o petróleo se aproximando dos US\$ 80 o barril, o enfraquecimento do real em relação ao dólar, bons resultados do primeiro trimestre e perspectivas positivas quanto à venda de ativos e ao desfecho da negociação em torno da cessão onerosa, as ações ordinárias da Petrobrás já sobem cerca de 25% neste mês, enquanto as preferenciais têm ganhos de 16%.

Negociados a R\$ 30,91 (ON) e a R\$ 26,79 (PN), os dois papéis superaram os preços da polêmica megacapitalização de 2010 – o preço da ação PN havia sido definido em R\$ 26,30 e o da ON, em R\$ 29,65. A capitalização foi uma forma encontrada pelo governo em 2010 para tornar viável o aumento de capital da Petrobrás e, ao mesmo tempo, obter uma receita extraordinária aos cofres do governo.

Foi feita uma gigantesca venda de ações da estatal, que levantou R\$ 120 bilhões. Desse total, R\$ 74,8 bilhões foram para os cofres do Tesouro Nacional, em troca do direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo em área do pré-sal sem necessidade de licitação – operação batizada de “cessão onerosa”. O governo e a Petrobrás discutem agora a revisão desse valor, um cenário já previsto no contrato, levando em conta itens como a variação do dólar e os preços do petróleo no mercado internacional.

A conclusão da negociação determinará se a estatal terá de pagar ou receber recursos do Tesouro. A conclusão dessas conversas é essencial para que o governo possa realizar um novo leilão para o petróleo dessas áreas que exceda os 5 bilhões de barris acertados com a Petrobrás. O cenário base do analista do UBS, Luiz Carvalho, é de que a petroleira receba cerca de US\$ 12 bilhões e o governo possa realizar o leilão do excedente ainda neste ano.

“Acreditamos que o governo esteja focado em realizar um leilão de volume de excedentes da cessão onerosa até setembro”, diz relatório do UBS. A aposta é de que a Petrobrás receba em barris de petróleo. No fim de abril, o secretário executivo do **Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse que seria possível que o resultado final da negociação não dependesse de projeto de lei, que teria de passar pelo Congresso. Um projeto de lei em tramitação na Câmara permite que a Petrobrás venda parte dessas áreas, mas ainda não foi aprovado.

Petróleo.

Os contratos futuros do petróleo tipo Brent e WTI avançam em torno de 20% neste ano, surpreendendo equipes de análise e gerando revisões de expectativas. Relatório do Santander da semana passada, assinado pelos analistas Christian Audi e Gustavo Allevato, diz que a Petrobrás está “muito bem posicionada” para se beneficiar desse forte movimento de alta nos preços do petróleo.

Documento de ontem do Itaú BBA cita que os analistas optaram por revisar as projeções de ganhos da empresa. “Estamos atualizando nossas estimativas sobre a Petrobrás para incorporar os resultados do primeiro trimestre de 2018, bem como uma curva atualizada do petróleo e o novo cenário macroeconômico do Itaú BBA”, diz o documento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes E Anne Warth

Título: TCU discute hoje acordo de revisão da cessão onerosa

O Tribunal de Contas da União (TCU) fará reunião interna hoje para tratar do acordo de revisão da cessão onerosa da área de exploração do pré-sal. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o tribunal está preocupado com o desenrolar das negociações do Tesouro com a Petrobrás devido aos altos valores envolvidos.

O órgão avalia a legalidade da operação a ser feita para permitir o megaleilão da área onde estão os excedentes de petróleo da cessão onerosa, que pode render R\$ 100 bilhões. Uma possibilidade é o pagamento em óleo dos valores devidos na revisão do contrato, embora a lei só permita pagamento em títulos públicos ou dinheiro.

O governo terá de mudar a lei se quiser pagar em óleo – operação vista com ressalvas por técnicos da área econômica, uma vez que os recursos passariam “por fora” do Orçamento da União. Há preocupação sobre a possibilidade de a medida ser interpretada como manobra de contabilidade criativa, nos moldes do que foi feito pelo Tesouro na capitalização da Petrobrás, há oito anos.

A expectativa da estatal é que o grupo formado para negociar um acordo chegue a um entendimento até amanhã. Esse é o prazo final para o funcionamento do grupo, que já tinha sido prorrogado em março. Na área econômica, há dúvidas sobre a possibilidade de o leilão ocorrer este ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira Luciana Collet****Título: Chinesa Spic quer ampliar participação em energia**

Grupo que comprou a usina de São Simão diz que Brasil é prioridade no seu plano de expansão

Depois de vencer no ano passado o leilão da Hidrelétrica de São Simão, por R\$ 7,2 bilhões, a chinesa Spic Pacific Hydro está de olho em novos negócios nas áreas de geração de energia elétrica no Brasil.

A empresa, que começou a operar a usina na semana passada, planeja expandir sua atuação no País por meio de aquisições e projetos greenfield (que ainda terão de ser construídos) de hidrelétricas, eólicas e parques solares.

A presidente da Spic, Adriana Waltrick, afirma que o Brasil foi eleito pelo grupo como uma das prioridades de investimentos no setor elétrico. “Até 2020, a empresa planeja ampliar a geração de energia em 30 gigawatt (GW) no mundo, e o Brasil será uma das prioridades.” A companhia chinesa tem uma capacidade instalada de 140 GW – equivalente a 83% da matriz elétrica brasileira.

No radar do grupo no País, estão ativos de peso – e problemáticos –, como a Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. Fontes afirmam que, desde o ano passado, a companhia negocia com a Cemig e com a Odebrecht a compra das participações, mas as negociações enfrentam uma série de entraves por causa de divergências com acionistas – leia-se governo de Minas.

Questionada sobre o negócio, Adriana disse que não fala de processos de fusões e aquisições, mas que a empresa está avaliando várias opções no mercado. “O Brasil tem uma série de oportunidades, é um mercado dinâmico. Mas não há pressa (para fechar os negócios)”, diz a executiva. Além de aquisições, a Spic deve inscrever três projetos eólicos, com capacidade de 260 MW, no próximo leilão de geração a ser realizado no segundo semestre.

Esses empreendimentos ficam próximos de outros dois parques, de 58 MW, da empresa no Nordeste. Na área solar, a expectativa é estreitar apenas no ano que vem. “No mundo, o grupo tem 9 GW de capacidade em energia solar. Por aqui, vamos começar agora.”

Aumento de capacidade.

Enquanto avalia a compra de ativos e projetos para desenvolver, a chinesa começa a estudar alternativas para melhorar e ampliar a operação em São Simão – hidrelétrica que era administrada pela Cemig e foi arrematada no ano passado em leilão. Adriana diz que em 60 dias devem sair as primeiras conclusões sobre um estudo que está sendo desenvolvido para avaliar as possibilidades de repotenciação da hidrelétrica e modernização da usina, de 1.710 MW.

Segundo a executiva, a estrutura onde a hidrelétrica já está localizada permite que quatro novas turbinas sejam instaladas ao lado das seis atuais, ampliando a capacidade da usina. Mas a viabilidade técnica e econômica dessa expansão só será conhecida após a conclusão dos estudos. Além disso, diz Adriana, para aumentar a produção do empreendimento é preciso autorização do poder público e alterações no contrato de concessão.

A modernização, por outro lado, é mais simples de ser colocada em prática e permitirá ganhos de eficiência e produção. Ao vencer a licitação de São Simão, a Spic virou a 7.ª maior geradora privada do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães, Com Reuters

Título: Para reduzir dívida, CSN quer vender mais R\$ 4 bi em ativos até o fim do ano

Estratégia. Após anunciar venda de subsidiária americana por cerca de R\$ 1,46 bi, siderúrgica da família Steinbruch espera levantar R\$ 2 bi em operações ainda no 1º semestre; na lista dos ativos estão ações da Usiminas e porto de contêineres, no Rio

Um dia após anunciar a venda da usina LLC, nos Estados Unidos, para a Steel Dynamics por US\$ 400 milhões (cerca de R\$ 1,46 bilhão), o presidente da CSN Benjamin Steinbruch garantiu ontem que a operação foi apenas o primeiro movimento para diminuir as dívidas da companhia. O objetivo é vender mais R\$ 4 bilhões em ativos neste ano. Metade disso, ainda no primeiro semestre.

Em teleconferência com analistas, Steinbruch disse que a CSN, que passou anos rejeitando ofertas que considerava abaixo do preço justo por seus ativos, quer reduzir a alavancagem para abaixo de três vezes até o fim do ano. Em março, o índice – medido pela razão da dívida líquida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) – estava em 5,82 vezes.

O executivo citou como possíveis vendas as ações preferenciais da Usiminas detidas pela CSN, o porto de contêineres no Rio de Janeiro (Tecon), a usina

Lusosider (Portugal) e ativos de mineração fora da unidade Congonhas Minérios. O presidente da CSN esclareceu que, apesar da venda da subsidiária americana, a companhia continuará a atuar no país, porque a operação não engloba o negócio de importação e distribuição.

“A LLC será agora uma distribuidora, e, eventualmente, uma produtora no mercado americano”, disse Steinbruch. A empresa informou que o acordo, anunciado na segunda-feira, resultará em uma redução de R\$ 1,8 bilhão na dívida líquida da companhia.

O diretor executivo de finanças e relações com investidores da CSN, Marcelo Cunha Ribeiro, disse que a redução da alavancagem deve ajudar no alongamento da dívida. Segundo ele, após esse processo, a CSN deverá emitir bônus para fazer frente ao próximo vencimento. A dívida líquida da CSN subiu 4% no primeiro trimestre, ante igual período do ano passado, para R\$ 26,5 bilhões.

Segundo Ribeiro, as ações da Usiminas detidas pela CSN valem R\$ 1,2 bilhão e, no caso do Tecon, “as transações recentes mostraram múltiplos de duplo dígito alto”. O executivo afirmou ainda que o valor de venda da LLC pode subir de US\$ 90 milhões a US\$ 100 milhões com ajustes relacionados a itens como estoques até a conclusão da transação.

Fama.

Conhecido no mercado por ser um negociador nato, insistente e que compra brigas para defender seus negócios, Steinbruch fez uma ressalva na esperada campanha de venda de ativos da CSN. Segundo o empresário, as vendas serão “uma questão de momento e questão de valor. Todos esses ativos são bons e estão dando Ebitda positivo”.

Sobre o terminal de contêineres, que chegou a ser posto à venda em 2016, ele disse que “pode ser um ativo para disponibilizar se chegarmos a um preço justo”. Já a respeito das ações da Usiminas, Steinbruch comentou que a CSN não vendeu até agora porque acredita em potencial de alta. Com a esperada redução na dívida, a CSN busca encerrar suas negociações para alongamento de dívidas com a Caixa Econômica Federal até o início de junho.

“Vamos nos dedicar a negociação com a Caixa, as conversas estão adiantadas”, garantiu o presidente da siderúrgica. Em fevereiro, a CSN alongou sua dívida com o Banco do Brasil e deu 50% de suas ações preferenciais da Usiminas para garantir a operação. Com a Caixa, explicou Ribeiro, a CSN negocia neste momento as condições do empréstimo, “para que reflitam a nova condição da companhia, de menor risco.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Internacional****Autor: Marianna Parraga Jeanne Liendo REUTERS / CARACAS****Título: Venezuela compra US\$ 440 milhões em petróleo para enviá-lo subsidiado a Cuba**

Crise sem fim. Documentos mostram pela primeira vez que chavismo é obrigado a importar produto para abastecer aliados, em vez de fornecê-lo das próprias reservas; operação aumenta dívida do país, que vive escassez de moeda forte para importar comida e remédios

Enquanto a população da Venezuela enfrenta escassez de comida e remédios, a petrolífera estatal PDVSA comprou US\$ 440 milhões (R\$ 1,58 bilhão) em petróleo, entre janeiro de 2017 e maio deste ano, para enviá-lo subsidiado a Cuba. Segundo relatórios da empresa, aos quais a agência Reuters teve acesso, é a primeira vez que documentos mostram que o chavismo teve de importar o produto para abastecer um aliado regional, em vez de fornecê-lo das próprias reservas.

O petróleo que a PDVSA adquiriu para Cuba veio dos Urais, na Rússia, uma variedade adequada para refinarias cubanas construídas com equipamentos da era soviética. A PDVSA comprou o petróleo bruto de firmas chinesas, russas e suíças. Segundo os documentos, a PDVSA pagou até US\$ 12 por barril, mas não deve ver a cor do dinheiro, porque a Venezuela sempre aceitou receber em bens e serviços em troca do produto subsidiado, conforme um acordo firmado pelos presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro, em 2000.

O carregamento representa cerca de 30% do total de importações de Cuba, mas aumenta ainda mais as já elevadas dívidas da Venezuela com as empresas estatais russas e chinesas que, juntas, cederam ao governo chavista mais de US\$ 60 bilhões no último ano. A compra de petróleo para um aliado regional também evidencia a queda na produção das refinarias venezuelanas, que deixa o país cada vez mais dependente das importações de combustível para atender ao consumo.

Os dados da PDVSA analisados pela Reuters mostram que a Venezuela comprou, em 2017, cerca de 180 mil barris por dia de petróleo da PetroChina, Rosneft, Lukoil, Reliance Industries e outros fornecedores, 17% a mais que em 2016. As importações totalizaram US\$ 4 bilhões, de acordo com os documentos. No ano passado, o total de compras da indústria de petróleo, incluindo equipamentos e serviços, consumiu 45% do total das importações da Venezuela – ante 13%, em 2011, segundo dados da Ecoanalitica, uma organização de pesquisa econômica com sede em Caracas.

As importações de energia totalizaram US\$ 5,4 bilhões de um total de US \$ 11,9 bilhões. As importações ocorreram quando a produção de petróleo da Venezuela, no primeiro trimestre, atingiu seu nível mais baixo dos últimos 33 anos – uma queda de 28% em 12 meses. As refinarias da Venezuela estão operando com um terço da capacidade e muitos trabalhadores estão se demitindo. As entregas subsidiadas servem para manter o apoio político de Cuba, um dos poucos aliados que ainda restam à Venezuela, segundo diplomatas, políticos e executivos da PDVSA.

"Maduro está dando tudo o que pode, pois o apoio desses países, especialmente de Cuba, é todo o apoio político que ele tem", disse um ex-funcionário do governo venezuelano, que pediu para não ser identificado. O regime chavista está sob crescente pressão internacional, principalmente dos Estados Unidos, da União Europeia e do Canadá, que já decretaram sanções econômicas à Venezuela pelo que consideram ser tentativas de Maduro de consolidar uma ditadura no país.

À medida que a Venezuela gasta com as importações de petróleo, importa menos os produtos que seus cidadãos precisam. Os gastos importações não petrolíferas caíram de quase US\$ 46 bilhões, em 2011, para US\$ 6 bilhões, em 2017, segundo dados do Banco Central da Venezuela e da Ecoanalítica. A PDVSA, o governo da Venezuela e o governo de Cuba foram procurados, mas não se pronunciaram sobre as informações publicadas pela Reuters.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Letícia Costa

Título: Gasolina bate em R\$ 4,61 no DF

Depois de vários dias com gasolina a R\$ 4,16 em vários estabelecimentos do Plano Piloto, o brasiliense amanheceu ontem, pagando R\$ 4,46 na maioria dos postos. Em 8 de maio, pesquisa do Correio em 33 estabelecimentos apontava preços mínimos de R\$ 4,05, na EPTG, e máximo de R\$ 4,45, na Asa Sul. Ontem esses valores alcançaram R\$ 4,09 e R\$ 4,61 nos mesmos lugares.

Para abastecer pelo menor preço, o agente dos Correios Bruno Carneiro, 31 anos, sai de São Sebastião, onde mora, para encher o tanque na EPTG. "Em São Sebastião, está custando R\$ 4,60. Isso afasta o consumidor, né? Acabo aproveitando o percurso para o trabalho para abastecer nos postos de lá, mas por volta das 17h começa a formar muita fila", reclamou.

Para quem não costuma passar pela EPTG, é possível encontrar gasolina a R\$

4,18 no Setor de Indústrias Gráficas (SIG). A pedagoga Lílian Villas Boas, 40, não deixa de pesquisar preços e conta com a ajuda de amigos que avisam quando encontram um valor mais em conta. Ela passou pela EPTG, viu a promoção e correu para abastecer. “Esse aumento é absurdo, cada semana é um valor. Daqui a pouco, a gente não vai conseguir mais sair de casa por conta do preço. Já chegamos a cogitar voltar a andar em transporte público, mas com esse preço é capaz até da passagem aumentar também”, criticou.

Outro que sofre com a alta dos preços é o aposentado José Ximenes, 63, que aposta que a elevação não será interrompida tão cedo. “A tendência é aumentar, o petróleo tá subindo lá fora, aqui dentro também vai subir”, explicou.

Mesmo com a alta da gasolina, o preço do etanol se mantém inviável na maioria dos postos para os consumidores do Distrito Federal, já que o preço mais baixo encontrado é de R\$ 3,14. Nos postos, onde a gasolina é mais barata, a diferença para o álcool diminui. Nos estabelecimentos da EPTG, o litro custa entre R\$ 3,35 a R\$ 3,70.

» *Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Aneel aprova leilão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital que define regras do leilão destinado à contratação de novos projetos de linhas de transmissão. O certame será realizado no dia 28 de junho, às 9 horas, na sede da B3 S.A, em São Paulo. Com restrições relacionadas a quatro projetos previstos inicialmente, o total de lotes caiu de 24 para 20. O valor do investimento programado caiu de R\$ 8,9 bilhões indicados em março para R\$ 6 bilhões, em 16 Estados. O leilão vai ofertar 2,6 mil quilômetros de linha - não mais os 3,95 mil quilômetros considerados preliminarmente. As obras devem gerar 13.607 empregos diretos com prazos que variam de 36 a 63 meses. Os contratos de concessão devem ser assinados em 21 de setembro. O relator do processo na Aneel, André Pepitone, ressaltou que três dos lotes excluídos serão ofertados no leilão de transmissão previsto para o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Por Luísa Martins | De Brasília****Título: STF começa a julgar 1ª ação penal do esquema Petrobras**

Mais de quatro anos depois de deflagrada a Operação Lava-Jato e sob alto risco de prescrição, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, ontem, a primeira ação penal contra parlamentar acusado de participação no esquema ilícito da Petrobras. Trata-se do processo em que o deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A sessão foi dedicada às longas sustentações orais da acusação e da defesa e à análise das preliminares suscitadas pelos advogados para tentar suspender o processo - todas rejeitadas pelo relator, ministro Edson Fachin, e pelo revisor, Celso de Mello. A Segunda Turma retoma a análise do caso na terça-feira.

O julgamento deve balizar a forma como os ministros do colegiado - além de Fachin e Celso, votam Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes - devem conduzir as próximas ações relativas à Lava-Jato.

Até agora, a Turma apenas julgou recebimento ou rejeição de denúncias, mas ainda não condenou nem absolveu nenhum de seus réus (sete deputados e seis senadores). No caso de Meurer, a acusação foi recebida por unanimidade em junho de 2016 - quase dois anos atrás.

O parlamentar é acusado de receber R\$ 29,7 milhões, entre 2006 e 2014, em verbas desviadas da Petrobras. Os pagamentos foram parcelados em 99 vezes, em negociata organizada com o ex-deputado José Janene (PP), o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa.

Meurer é deputado desde 1995, portanto se encaixa nas novas regras do foro especial definidas pelo STF, segundo as quais a prerrogativa só vale para crimes cometidos durante e em razão do exercício do mandato.

O deputado ainda teria contribuído para desviar R\$ 357 milhões em contratos de empreiteiras com a Petrobras - segundo a denúncia, 60% do valor foi direcionado à cúpula do PP. São réus na mesma ação os seus dois filhos, Nelson Júnior e Cristiano.

Ainda que Meurer seja condenado, a pena pode não ser executada de imediato, pois ainda caberá recurso da decisão - são os chamados embargos de declaração, que buscam esclarecer eventuais omissões da sentença.

Segundo a defesa, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) é baseada apenas em delações premiadas, sem provas adicionais. Por outro lado, a subprocuradora Cláudia Sampaio afirmou, durante o julgamento, que o conjunto probatório colhido ao longo da instrução "confirma que tudo que os delatores disseram realmente aconteceu".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por Financial Times

Título: Colapso da PDVSA encarece o petróleo

O mercado mundial de energia se prepara para um aumento nos preços do petróleo diante do agravamento dos problemas de produção na Venezuela, justo quando as exportações do Irã deverão cair devido às novas sanções dos EUA após o governo Trump se retirar do acordo nuclear com o país.

Uma queda na oferta venezuelana e iraniana pode criar o "coquetel perfeito" para um petróleo a US\$ 100 o barril no próximo ano ou antes, dizem analistas da corretora londrina PVM. O petróleo tipo Brent atingiu quase US\$ 79 por barril ontem, o que pode elevar a pressão sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Rússia para que cancelem o acordo de produção firmado há 18 meses para reduzir a oferta.

As exportações venezuelanas de petróleo caíram 40% em um ano, para 1,1 milhão de b/d em abril, de acordo com dados do site Kpler, que monitora navios petroleiros.

E podem cair mais ainda, em meio aos problemas vividos pela petroleira estatal PDVSA. Russ Dallen, do banco de investimentos Caracas Capital, disse que a empresa é alvo de "uma avalanche" de ações judiciais por dívidas não pagas.

A ConocoPhillips, empresa americana de prospecção e exploração de petróleo, obteve recentemente decisão judicial favorável dando-lhe o controle sobre os ativos de refino e armazenamento pertencentes à PDVSA no Caribe, um centro de exportação de petróleo bruto venezuelano para a Ásia.

Isso resulta de uma multa de arbitragem no valor de US\$ 2 bilhões pela estatização de projetos da Conoco na Venezuela em 2007. A situação levou a PDVSA a suspender o armazenamento de petróleo e a exportação a partir do instalações caribenhas e a ordenar o retorno de navios petroleiros a águas nacionais para evitar sua apreensão.

"Isso mostra quão devastador pode ser, para as exportações venezuelanas de petróleo, não cumprir decisões de instâncias de arbitragem ou não pagar valores devidos", disse Francisco Monaldi, do Instituto Baker de Política Pública da Rice University. "Isso vai piorar a situação já catastrófica".

Um executivo do setor disse não estar claro se a Conoco detém a posse dos bens arrestados. A PDVSA está contestando o tribunal e tentando se esquivar de cumprir a sentença. "No curto prazo, isso certamente terá impacto tanto nas exportações venezuelanas quanto nos mercados de petróleo".

Pelo menos 150 mil b/d de petróleo venezuelano foram exportados por meio das instalações alvo de ações da Conoco. Mas não só esses suprimentos que estão ameaçados, pois o efeito colateral de possíveis arrestos e consequentes atrasos em portos venezuelanos poderão resultar em maiores quedas nas vendas externas.

Vários petroleiros usados pela PDVSA foram apreendidos por autoridades locais por inadimplência envolvendo dívidas passadas. Mas agora uma nova rodada de reivindicações de subcontratados da empresa poderá estrangular ainda mais as exportações.

A queda na receita com exportação de petróleo ocorre às vésperas da eleição presidencial de 20 de maio, na qual Nicolás Maduro busca um segundo mandato no cargo, apesar da crise econômica e social.

O país, que tem as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, vive uma recessão devastadora e tem dívidas consideráveis a pagar, ao mesmo tempo em que enfrenta outros casos de arbitragem após uma onda de estatizações promovidas pelo presidente anterior, Hugo Chávez.

O grupo canadense de engenharia e construção SNC-Lavalin entrou com ação judicial em Nova York, na semana passada, por não pagamento de uma dívida, o que poderá permitir que se aproprie de ativos no valor de US\$ 25 milhões. A reivindicação da SNC é pequena, mas outras poderão resultar de ações de detentores de instrumentos financeiros idênticos no valor de mais de US\$ 2 bilhões.

Dallen, da Caracas Capital, disse que a SNC e outros detentores de títulos poderão até antecipar-se à ConocoPhillips, na fila de arresto de ativos da PDVSA.

Essas reivindicações poderão multiplicar-se rapidamente, se a iniciativa da SNC for seguida por detentores de cerca de US\$ 23 bilhões em eurobônus da PDVSA, disse Mark Walker da consultoria Millstein & Co, de Nova York, que representa uma comissão de credores da PDVSA e da Venezuela.

Mas ele alertou que uma onda de ações judiciais e arresto de ativos poderá ser contrária aos interesses dos credores. "O fato é que a PDVSA não tem dinheiro", disse. "Os credores precisam cooperar".

Ele disse que a ConocoPhillips faria bem em firmar acordo com a PDVSA que a permitisse continuar exportando e obtendo receita.

O risco é que a PDVSA pode não estar mais atuando de modo racional. No mês passado, dois executivos da Chevron, que continua operando na Venezuela, foram presos e acusados de traição após se recusarem a assinar contratos de fornecimento a preços excessivos.

Até o ano passado, diz Dallen, a PDVSA procurava manter seus credores engajados em ajudá-la a colocar seu petróleo no mercado. Mas isso mudou em novembro, com a nomeação do general Manuel Quevedo para ministro do Petróleo e presidente da PDVSA, uma pessoa sem experiência no setor.

"Quevedo declarou guerra a todos", disse Dallen. "Isso é burrice. Eles são seus parceiros."

O maior perigo para os credores e para as exportações da PDVSA é que Quevedo possa fazer uso de um decreto presidencial de 12 de abril que lhe dá controle absoluto sobre o setor petrolífero, inclusive o poder explícito de declarar a falência da PDVSA.

Gary Ross, diretor de petróleo da S&P Global Platts, diz que as principais empresas de energia do Ocidente poderão reduzir ainda mais suas operações na Venezuela. "Há escassas de evidências de que a queda da produção vá diminuir."

Enquanto isso, embora o governo Trump já tenha imposto sanções financeiras de amplo alcance contra a Venezuela, um risco adicional seriam possíveis punições diretas contra o setor petrolífero.

Sanções contra exportações seriam, porém, um "movimento ousado", disse Ross. Seria difícil, para o governo americano, tolerar o risco de encarecimento substancial do petróleo. **(Reportagem de Anjli Raval, Jonathan Wheatley e David Sheppard, em Londres, e John-Paul Rathbone e Gideon Long, de Bogotá)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por Marianna Parraga e Jeanne Liendo | Reuters, de Houston

Título: Venezuela importa petróleo para fornecer a Cuba

A petrolífera estatal venezuelana PDVSA comprou quase US\$ 440 milhões em petróleo no mercado internacional e o enviou diretamente a Cuba sob condições de crédito amigáveis e, frequentemente, com prejuízo, segundo documentos internos da empresa aos quais a Reuters teve acesso.

Esse é o primeiro caso documentado em que a Venezuela compra petróleo no mercado para abastecer aliados regionais em vez de usar suas próprias reservas.

A Venezuela fez o envio com desconto, apesar da sua necessidade de moeda forte para a economia em colapso e a falta de alimentos e remédios importados.

As compras de petróleo no mercado aberto para subsidiar um dos poucos aliados remanescentes da Venezuela, que até agora não haviam sido divulgadas, colocam em evidência o isolamento cada vez maior do país e a desintegração de seu setor de petróleo sob o governo do presidente Nicolás Maduro.

A produção de petróleo venezuelana do primeiro trimestre foi a menor em 33 anos. Suas refinarias operam com cerca de 30% da capacidade e funcionários da PDVSA pedem demissão aos milhares.

A PDVSA pagou pelo petróleo que enviou a Cuba até US\$ 12 por barril acima do preço do seu próprio produto, segundo valores contidos nos documentos internos vistos pela Reuters. Além disso, Cuba pode nunca vir a pagar em dinheiro pela carga, já que a Venezuela há muito aceita bens e serviços cubanos em troca do petróleo, segundo um pacto assinado em 2000 pelos presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro, já mortos.

Representantes da PDVSA e dos governos da Venezuela e de Cuba não retornaram os pedidos para comentar o assunto.

Anteriormente, o governo da Venezuela havia dito que só importava petróleo para sua refinaria em Curaçao ou para misturá-lo a seu próprio petróleo pesado e, assim, melhorar a sua qualidade para exportação. A Reuters, porém, teve acesso a centenas de documentos da PDVSA detalhando exportações e importações, datados de janeiro de 2017 a maio de 2018, e que mostram que a estatal compra petróleo a preço de mercado e o envia a aliados, em remessas que não passam pela Venezuela.

As entregas subsidiadas têm como objetivo manter o apoio político de Cuba, que faz parte do grupo cada vez menor de aliados da Venezuela, segundo diplomatas, políticos e executivos da PDVSA.

"Maduro está dando tudo o que pode porque o apoio desses países, especialmente o de Cuba, é o que lhe restou", disse uma ex-autoridade que não quis ser identificada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Anjli Raval | Financial Times

Título: Ameaça de corte na oferta de petróleo puxa preço do Brent

O petróleo teve nova alta ontem, levando os operadores a preverem uma cotação de US\$ 80 o barril. Durante o pregão, o de tipo Brent, referência internacional, subiu quase US\$ 1 o barril, para US\$ 79,22 - seu nível mais alto desde novembro de 2014 -, em meio a sinais de um aperto do mercado do produto. O referencial americano West Texas Intermediate (WTI), por seu lado, teve valorização de US\$ 0,68, para US\$ 71,64 o barril *(veja no gráfico abaixo o fechamento do segundo contrato)*.

Os cortes do abastecimento encabeçados pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pela Rússia coincidiram com a queda da produção e das exportações da Venezuela, decorrentes de sua crise econômica e política. Também está prevista uma diminuição da produção iraniana, assim que uma nova rodada de sanções americanas entrar em vigor após a retirada dos EUA do acordo nuclear.

"A Arábia Saudita produziu menos petróleo do que em qualquer outro período desde a entrada em vigor do acordo de corte de produção, no início de 2017, apesar das grandes interrupções na Venezuela", disse Carsten Frisch, do Commerzbank, citando novos dados publicados pela Opep na segunda-feira. "Isso nem sequer leva em consideração qualquer suspensão da extração da parte do Irã ligada às sanções".

A Arábia Saudita declarou que intervirá ao lado de outros produtores a fim de estabilizar o mercado de petróleo caso a demanda aumente, mas a afirmação levantou interrogações sobre como e quando os participantes envolvidos no acordo de corte de abastecimento mundial vão abolir as restrições.

Paralelamente, apesar do forte crescimento da produção dos campos de petróleo de xisto americanos, esses barris não conseguiram cobrir a diferença tanto quanto o previsto inicialmente, uma vez que gargalos nos oleodutos e outros problemas de infraestrutura impedem o petróleo de chegar às refinarias e terminais de exportação.

Alguns analistas setoriais disseram, nos últimos dias, que uma combinação de fatores geradores de otimismo no mercado de petróleo, que inclui também previsões de forte consumo mundial, poderá levar o produto a superar, novamente, o valor de US\$ 100 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Francisco Góes e Renato Rostás | Do Rio e São Paulo

Título: Custos da Vale sofrem impacto, mas o câmbio ajuda

A alta nos preços do petróleo tem impactos sobre os custos da Vale, sobretudo nos fretes marítimos. Mas, ao mesmo tempo, o aumento do bunker, o combustível de navegação, tende a ser compensado, no caso da mineradora brasileira, pela desvalorização do real frente ao dólar, na visão de analistas de investimento ouvidos pelo **Valor**.

A Vale se beneficia da desvalorização do real frente ao dólar uma vez que a empresa tem cerca de 80% de seus custos no Brasil, em reais. Enquanto os custos da companhia são em reais, a receita é em dólares. Para os analistas ouvidos, o aumento nos preços do bunker como resultado da alta do petróleo deve ser parcialmente compensado pelo câmbio, no caso da Vale. Nos últimos 30 dias até ontem, a ação da Vale na B3 se valorizou 21,5%.

Para outra grande exportadora brasileira de minério de ferro, o aumento dos custos em dólar tem, no entanto, atrapalhado o crescimento do resultado. O combustível dos navios subiu cerca de 13% até agora no ano e responde por quase metade dos gastos com transporte à China. Um executivo, que não quis se identificar, disse que a mineradora já paga de frete mais de US\$ 19 por tonelada de minério de ferro colocada no gigante asiático. As australianas pagam frete de US\$ 9 por tonelada.

No primeiro trimestre deste ano, os fretes no mercado à vista entre Brasil e China, principal destino das exportações de minério de ferro da Vale, situaram-se, em média, em US\$ 15,50 por tonelada para navios do tipo Capesize. O valor é quase 20% superior ao da média do primeiro trimestre de 2017, da ordem de US\$ 13 por tonelada. Na segunda-feira, o frete nessa rota no mercado à vista situou-se na faixa de US\$ 19 por tonelada.

Esses números não representam, porém, os valores pagos pela Vale uma vez que a empresa trabalha em muitos casos com contratos de frete de longo prazo. No primeiro trimestre, a mineradora reportou custo de frete de US\$ 16,4 por tonelada, US\$ 0,6 abaixo do quarto trimestre de 2017. O preço médio do bunker

no portfólio da Vale aumentou de US\$ 342 por tonelada, no quatro trimestre de 2017, para US\$ 364 por tonelada no primeiro trimestre de 2018.

Um analista afirmou que para cada US\$ 100 de aumento no preço do bunker de navegação, o custo do frete da Vale aumenta em US\$ 2,3 por tonelada.

Procurada para comentar a alta do petróleo sobre seus custos, a empresa não se pronunciou.

A mineradora vem trabalhando em uma gestão mais eficiente de sua cadeia logística, como forma de reduzir custos com fretes marítimos. De acordo com um analista, cerca de metade dos custos da Vale para colocar minério de ferro na China se refere ao frete marítimo. A outra metade inclui custos de produção nas minas e a logística até os portos, no Brasil. Em alguns casos, a Vale se encarrega do frete, mas em outros é o comprador que arca com os custos de transporte até a China.

Outro analista afirmou que o custo da Vale da mina ao porto, no Brasil, continuará caindo. Boa parte dessa queda será determinada pelo aumento da produção do S11D, no Pará, uma das reservas mais competitivas da Vale em termos de custos e de qualidade. No primeiro trimestre, o custo por tonelada do minério colocado pela Vale no porto, no Brasil, foi de US\$ 14,8 por tonelada, em linha com o quarto trimestre do ano passado. **(Colaborou Renato Rostás, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Escalada das cotações já afeta fretes marítimos

A escalada do preço do petróleo nos últimos meses já refletiu nos custos do transporte marítimo, por onde é feito quase 90% do comércio exterior brasileiro e boa parte das trocas domésticas. A Aliança Navegação, maior armador de cabotagem com atuação no Brasil, vai anunciar ao mercado nesta semana a aplicação de uma taxa emergencial para compensar os gastos extras com a alta do combustível marítimo, o chamado bunker.

Desde janeiro, a tonelada do bunker com abastecimento no porto de Santos subiu 18%, para US\$ 460, o que gerou um custo não previsto de R\$ 15 milhões para a empresa. "O preço do combustível está afetando o equilíbrio financeiro do serviço da cabotagem, a situação é grave", disse ao **Valor** Marcus Voloch, gerente geral de cabotagem e Mercosul da Aliança.

O valor vai depender da distância percorrida. Quem embarca do Sul para o Sudeste vai pagar menos do que quem embarca do Sul para o Nordeste. Mas, em média, vai ficar em torno de R\$ 200 por Teu (contêiner de 20 pés).

O petróleo registrou ontem nova alta em Londres, o que levou a commodity a se aproximar do patamar de US\$ 80 por barril.

Segundo o executivo, o combustível é o principal custo em uma viagem de navio doméstica, representando quase 25%. Além disso, diferentemente da navegação de longo curso, em que há contratos de fretes indexados à oscilação do bunker - o que neutraliza o impacto -, na cabotagem isso não é feito. Pois o frete marítimo doméstico concorre com o frete rodoviário, o que reduz o poder de barganha desses armadores.

A navegação de cabotagem tem um fator negativo adicional na relação com o transporte rodoviário quando o petróleo sobe, pois o bunker é cotado em dólar, que está valorizado. "Mas todo mundo está sofrendo perdas por conta do aumento dos custos e precisa ser compensado de uma forma ou outra", disse Voloch.

O Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista (Sindicam), por exemplo, vai realizar hoje uma paralisação entre 6h e 18h. Será uma reivindicação pelo aumento de frete e pela baixa nos preços do combustível, entre outros pleitos.

O peso do petróleo no balanço das empresas de navegação é grande. O balanço da Maersk, maior armador de longo curso do mundo e líder nos tráfegos do Brasil após a compra da Hamburg Süd, é revelador dessa correlação.

Em 2013, no pico de alta do preço do petróleo (US\$ 110), a média do bunker cotado em Roterdã (Holanda) foi de US\$ 600 por tonelada e representou 21% dos custos totais da Maersk. Em 2016, no "vale" da cotação da commodity, o preço médio do combustível marítimo ficou em US\$ 200 por tonelada e a fatia caiu para 10%. Neste mês, a média do bunker cotado em Roterdã está em US\$ 395 por tonelada.

O impacto dessa alta no repasse aos usuários do transporte, contudo, não será linear. "Nem todos os segmentos ou rotas de navegação conseguirão repassar esse aumento no custo do combustível devido à supercapacidade de espaço em alguns tráfegos", diz Leandro Barreto, sócio da consultoria marítima Solve Shipping. Nesses casos, o resultado financeiro dos armadores deve enfraquecer, pois terão de absorver o aumento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Stella Fontes | De São Paulo****Título: Alta da resina compensa nafta mais cara**

A valorização do petróleo coloca pressão sobre as margens das petroquímicas que usam nafta como matéria-prima, mas o cenário em geral segue positivo para essa indústria, na avaliação da consultoria MaxiQuim. A manutenção dos preços internacionais das resinas termoplásticas em patamares elevados e a recuperação da demanda pelo insumo têm compensado o efeito negativo do petróleo.

"Deve haver pressão sobre as margens vinda do petróleo. Talvez o momento não seja mais tão favorável, mas ainda assim é positivo", afirma o sócio-diretor da consultoria, Otávio Carvalho. Nos últimos dias, os preços internacionais da nafta, que ainda é a principal matéria-prima da Braskem, voltaram aos níveis vistos em 2014, antes da desvalorização decorrente do boom da exploração do gás de xisto nos Estados Unidos, para algo em torno de US\$ 600 a tonelada. No piso, a tonelada da matéria-prima chegou a ser negociada a US\$ 290 ou US\$ 300.

Em reais, a tonelada da nafta supera hoje a casa de R\$ 2 mil, refletindo também a valorização do dólar frente ao real. Para compensar esse impacto, apurou o **Valor**, a Braskem já teria anunciado reajuste para o polietileno (PE) e há expectativa de que também os preços do polipropileno (PP) sejam corrigidos. Com isso, uma parte da pressão do câmbio sobre as margens seria anulada. Procurada, a Braskem informou em nota que "mantém sua prática de alinhamento de preços no mercado doméstico aos preços praticados no mercado internacional."

Em teleconferência na semana passada, o presidente da Braskem, Fernando Musa, disse que, mais do que o preço em si do petróleo, a volatilidade da commodity traz desafios à operação. "O preço da nafta é afetado pelo petróleo, mas isso tende a levar os preços de todos os petroquímicos a patamares mais altos", afirmou. Nos momentos de volatilidade, porém, clientes da Braskem podem optar por consumir estoques ao invés de comprar mais produtos diante da expectativa de queda futura de preços.

Musa lembrou que os resultados da Braskem estão mais expostos ao "spread" (diferença de preços em relação à matéria-prima) do que ao preço da nafta propriamente. A petroquímica brasileira já está se aproximando de uma relação de 50% base nafta e 50% outras matérias-primas em suas operações e, com a

alta do petróleo, aquelas que estão baseadas em gás natural, como por exemplo a de Duque de Caxias (RJ) ou a do México, ficam mais competitivas.

As condições favoráveis à indústria petroquímica em 2018 vêm da trajetória recente de alta dos preços das resinas no mercado internacional - o que leva a "spreads" positivos - e do atraso na entrada em operação de novas capacidades nos Estados Unidos. "A petroquímica está vivendo um ciclo de alta estendido desde 2014 e o ciclo de baixa não será tão ruim quanto se esperava", afirma Carvalho, da MaxiQuim.

Para este ano, a Braskem trabalha com expectativa de redução dos "spreads" na comparação com 2017. No primeiro trimestre, porém, as margens em resinas termoplásticas subiram no Brasil, Estados Unidos e Europa na comparação anual - no mercado europeu, frente ao quarto trimestre, houve queda de 7% por causa da valorização do petróleo. Conforme a companhia, o "spread" médio internacional das resinas produzidas no Brasil subiu 5%, para US\$ 688 por tonelada. Na América do Norte, a margem do PE subiu 12%, a US\$ 1.140 por tonelada. Já os "spreads" de PP avançaram 8% nos Estados Unidos, a US\$ 617 por tonelada, e 4% na Europa, para US\$ 471 por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por João José Oliveira | De São Paulo

Título: Busca por jatos eficientes pode beneficiar Embraer

As ações da Embraer fecharam em alta ontem na B3 influenciadas pela expectativa de que o petróleo mais caro estimule a demanda por jatos novos, apontaram agentes de mercado. Os papéis fecharam cotados a R\$ 22,94, valorização de 3,52% no dia.

Em entrevista nos Estados Unidos à firma de consultoria e informação Flightglobal, semana passada, o diretor de vendas da Embraer, Arjan Meijer, disse que o combustível mais caro tende a aumentar a demanda por jatos novos na indústria da aviação.

"Acho que vimos um período em que substituir aeronaves antigas por novos jatos podia ser adiado porque havia o benefício do preço do combustível. Agora eu acho que estamos começando a ver, de uma perspectiva de consumo de combustível, uma volta de um maior foco em nova tecnologia, mais eficiente", afirmou.

A nova família de jatos comerciais da Embraer E2 são até 25% mais eficientes com consumo de combustível que os modelos mais antigos. A carteira de

pedidos da Embraer fechou o primeiro trimestre com encomendas e serviços contratados que somam US\$ 19,5 bilhões, ante US\$ 18,3 bilhões em 31 de dezembro.

Além do petróleo, o dólar mais caro favorece a Embraer, que faz mais de 90% de sua receita em vendas internacionais.

O presidente da fabricante brasileira, Paulo Cesar de Souza e Silva, disse ontem, após reunião do conselho consultivo internacional da Fundação Dom Cabral, em Nova York, que estão bastante avançadas as negociações com o governo português para a venda do avião cargueiro KC-390.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Com barril em alta, petroleiras reforçam caixa para leilão

A recuperação dos preços do petróleo nas últimas semanas, para os patamares mais altos em três anos, tende a reforçar o caixa das petroleiras para os leilões do pré-sal dos próximos meses. Segundo especialistas consultados pelo **Valor**, o barril acima de US\$ 75 promete aumentar a competição pelas áreas oferecidas.

"As petroleiras começaram o ano com uma expectativa de geração de caixa menor que a que vai acontecer. A decisão de participar de leilões é sempre tomada de olho na estratégia de longo prazo, mais do que nas oscilações de preços de curto prazo, mas é evidente que isso [valorização do petróleo] gera um acréscimo de caixa que vai ficar disponível para as empresas investirem. Apostar em licitações para aquisições de ativos passa efetivamente a entrar no radar das companhias", afirma Hélder Queiroz, ex-diretor da ANP e pesquisador da UFRJ.

Queiroz lembra também que as companhias podem se apropriar de parte do aumento das receitas para elevar as distribuições de dividendos aos acionistas.

O especialista acredita que, se os preços do barril se mantiverem nos patamares atuais, a valorização se refletirá em leilões mais competitivos. Para este ano, estão marcadas duas licitações de áreas do pré-sal com os quais o governo planeja arrecadar R\$ 10 bilhões em bônus de assinatura. Na rodada de partilha, o bônus de assinatura é fixo e a competição se dá entre quem apresenta a maior parcela de óleo para a União (o chamado excedente em óleo).

"Com a alta do preço do petróleo, as empresas passam a ter condições de serem mais competitivas nos leilões. Petroleiras que antes avaliavam que não

teriam condições de pagar um determinado bônus passam a ter condições e entram na disputa, aumentando o número potencial de consórcios", afirma o pesquisador.

A elevação dos preços do petróleo abre uma chance para pequenas e médias petroleiras investirem no Brasil

A 4ª Rodada de partilha ofertará, no próximo dia 7 de junho, quatro blocos, nas bacias de Campos e Santos: Três Marias (R\$ 100 milhões), Uirapuru (R\$ 2,65 bilhões), Itaimbezinho (R\$ 50 milhões), e Dois Irmãos (R\$ 400 milhões). Já a 5ª Rodada de partilha, marcada para 28 de setembro, leiloará outras quatro áreas: Saturno (R\$ 3,125 bilhões), Titã (R\$ 3,125 bilhões), Pau Brasil (R\$ 500 milhões) e Sudoeste de Tartaruga Verde (R\$ 70 milhões).

Além disso, o governo tem planos de realizar, ainda neste ano, o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, que poderá exigir das petroleiras dezenas de bilhões de reais em pagamentos de bônus.

Para a pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado, a elevação dos preços do barril é uma boa notícia também para atrair investimentos das pequenas e médias petroleiras para o Brasil. Fernanda lembra que a escalada do barril do petróleo acontece num momento em que essas companhias têm pela frente oportunidades de negócios em curso, como o avanço da venda de ativos da Petrobras em áreas terrestres, águas rasas e campos maduros.

"O aumento do preço do petróleo aumenta a margem de lucro das empresas, a diferença entre o preço de venda e os custos de produção. Isso é ainda mais sensível entre as empresas que pequenas e médias, entre as petroleiras que operam campos maduros, que trabalham no limite da eficiência na recuperação de óleo", afirma Fernanda.

Ela também destaca que a recuperação dos preços pode ajudar a destravar investimentos na extensão da vida útil de campos maduros e dar maior poder de aquisição de blocos exploratórios em outras regiões que não o pré-sal. Ainda este ano, a ANP iniciará o ciclo de oferta permanente. É um mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, uma lista de campos devolvidos à União e blocos ofertados em licitações anteriores e não arrematados.

"A alta do petróleo torna as companhias mais propensas ao risco. As empresas que já vinham mostrando interesse em aquisições no Brasil têm mais caixa para continuar investindo e as companhias que até então não tinham condições de participar passam a ter", diz a pesquisadora.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por André Ramalho | Do Rio****Título: PPSA reduz volume de petróleo a ser ofertado dia 30**

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) reduziu o volume de petróleo da União que ofertará ao mercado no leilão do próximo dia 30 de maio, na B3, em São Paulo. A estatal não chegou a um acordo com a Petrobras sobre os volumes a que cada parte tem direito na produção do campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e retirou um lote de 480 mil barris de óleo da licitação.

A PPSA, que representa a União nos contratos de partilha do pré-sal, publicou ontem o edital do leilão que ofertará, ao todo, 2,32 milhões de barris. O volume é 17% menor que os 2,8 milhões de barris de óleo inicialmente previstos.

A licitação oferecerá três contratos, com validade de um ano cada, em uma única sessão pública. Os lotes poderão ser adquiridos por um único comprador ou por empresas diferentes. O vencedor irá adquirir toda a produção do respectivo campo durante um ano, remunerando a União a cada retirada de carga.

A proposta de preços ofertada no leilão deverá ser baseada no Preço de Referência do Petróleo, determinado mensalmente pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Será ofertado um contrato para compra do óleo produzido no campo de Mero (parte noroeste da área de Libra), no volume de 1,63 milhão de barris de petróleo; um contrato para os 120 mil barris de petróleo da União no campo de Sapinhoá; e um terceiro contrato para os 600 mil barris da área de Lula. Todos os campos estão localizados no pré-sal da Bacia de Santos.

Em meio aos preparativos para o leilão, o governo ainda tenta aprovar no congresso a Medida Provisória 811, que libera a PPSA para comercializar a parcela da União no petróleo e gás produzido. A MP perde sua validade no próximo dia 31, um dia depois da licitação.

A expectativa inicial da União era arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com a comercialização do petróleo a que tem direito nos contratos de partilha do pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: Statoil muda de nome para se tornar uma companhia de energia**

A partir de hoje a norueguesa Statoil passa se chamar Equinor. O novo nome é formado pela combinação de "equi", que segundo o presidente no Brasil, Anders Opedal, remete à palavra igualdade ("equality" em inglês) com o "nor", de Noruega, mais próximo do que a empresa quer transmitir como mensagem para o público e funcionários. A mudança também segue outras companhias de óleo e gás que retiraram a palavra petróleo do nome - caso das britânicas British Petroleum (hoje BP) e British Gas (BG, adquirida pela Shell) - para se consolidarem em atividades voltadas à área de energia.

Com a mudança, o "ticker" da empresa na bolsa de Oslo muda de STL para EQNR. É a primeira alteração de nome desde que a Statoil, que tem 67% do controle nas mãos do governo norueguês, foi criada em 1972. A Equinor já investiu no Brasil mais de US\$ 10 bilhões desde 2001 e tem no país atualmente 20 licenças de exploração e ou produção de petróleo. E, ainda, seu primeiro projeto de geração de energia solar no mundo, o Apodi, no Estado do Ceará.

A empresa registrou lucro líquido equivalente a US\$ 4,6 bilhões em 2017. Ontem, a assembleia de acionistas que bateu martelo quanto à mudança de nome também aprovou o pagamento de dividendos de US\$ 0,23 por ação. O plano já divulgado pela empresa é investir uma média de US\$ 11 bilhões por ano até 2020, mas a companhia não divulga informações sobre distribuição dos recursos.

Não é difícil prever que uma parte expressiva será investida no Brasil. A Equinor é operadora do campo de Peregrino e com a compra de 25% do gigante Roncador, ambos na Bacia de Campos, vai triplicar sua produção no Brasil assim que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovar a aquisição. Atualmente a norueguesa produz entre 70 mil e 80 mil barris diários no campo de Peregrino, que opera tendo como sócia a chinesa Sinochem, e com direito a uma fatia de aproximadamente 40 mil barris.

Somando a isso os 70 mil barris/dia aos quais terá direito em Roncador, a produção vai chegar a cerca de 110 mil barris/dia. Em 2020, com a conclusão da fase 2 de Peregrino e a instalação da terceira plataforma no campo, outros 60 mil barris/dia serão adicionados à produção.

Uma das petroleiras mais experientes em recuperação avançada de reservatórios, a meta é aumentar o fator de recuperação de Roncador em 5%, extraíndo mais 500 milhões de barris ao longo dos próximos anos.

Em 2018 o foco é avaliar o campo de Carcará, com reservas de 2 bilhões de barris. Os sócios são Galp, Exxon e Barra Energia. O início da produção é previsto para 2023-2024. Agora, discute o conceito de desenvolvimento da área, incluindo unitização com a área Norte, que requer a participação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) por ser área de partilha.

Norueguesa pagou R\$ 1,24 bilhão para 800 fornecedores brasileiros de bens e serviços em 2017

A Equinor já está perfurando com a sonda West Saturn a área de Guanxuma, descoberto na parte sul do bloco BM-S-8. Trata-se de estrutura diferente de Carcará. Outro projeto grande, deve ter decisão apenas em meados da próxima década, é o BM-C-33, onde foram descobertos três campos de gás: Pão de Açúcar, Gávea e Seat.

O início dos investimentos para tirar esse insumo, no entanto, dependem de uma solução no mercado de gás para que o projeto possa avançar, explica o executivo. O início da produção depende da regulamentação do programa "Gás Para Crescer", que irá disciplinar o acesso de terceiros à infraestrutura de gasodutos do país.

"No BM-C-33 nós dependemos mais de mudanças no mercado de gás que permitam o aumento do consumo no Brasil".

Na entrevista, Opedal afirmou que não entende o fato de o Brasil ter concentrado a discussão sobre conteúdo local na fase de desenvolvimento da produção. "É preciso lembrar que quando desenvolvemos um campo ele vai produzir por trinta a quarenta anos. E que vamos precisar de muita manutenção, logística, helicópteros, catering e outras atividades. E de todo o dinheiro que gastamos durante a vida útil de um campo, desde o planejamento até o encerramento, 70% é gasto enquanto operamos o campo, e 30% durante a fase de desenvolvimento", diz.

O executivo cita como exemplo gastos de R\$ 1,24 bilhão em 2017 pagos a fornecedores de bens e serviços no Brasil. "Tivemos 800 fornecedores, desde o menor até o maior. Essa é a atividade que criamos quando estamos desenvolvendo um novo campo. E acho importante ter essa discussão em sua totalidade", afirma o executivo.

Opedal deixa a função no segundo semestre, quando voltará para a Noruega para assumir a vice-presidência de Tecnologia, Projetos e Perfuração. O cargo é

ocupado por Margareth Ovrum. Ela trocará de lugar com Opedal como vice-presidente executiva da área de negócios Brasil, que vai se reportar diretamente para a sede da empresa.

Com todo o otimismo que tem com o Brasil, o executivo não dá muitas pistas sobre a participação nos próximos leilões. Apesar de inscrita na 4ª Rodada de Partilha de Produção, marcada para 7 de junho, Opedal disse que ainda avalia a participação. "Estamos olhando com interesse os próximos leilões mas não decidimos nada ainda", disse.

A Equinor é uma das dezesseis empresas habilitadas para o leilão, incluindo duas novatas sem nenhuma licença no Brasil. São elas a DEA Deutsche Erdoel AG e a malaia Petronas Carigali.

Opedal afirma que os campos são "muito interessantes" e elogia o que considera "um excelente trabalho" da ANP. A agência desenvolveu um calendário prévio de leilões, o que torna o processo "previsível e com transparência" no Brasil. Ele explicou que a empresa está analisando as áreas que serão oferecidas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: SPIC passa a operar usina São Simão e mira novas oportunidades no Brasil

Quinto maior grupo de energia da China, a State Power Investment Corp. (SPIC) mantém disposição de crescer no Brasil, onde vai avaliar todas as oportunidades que surgirem em geração hídrica e nos segmentos de eólica e solar. Há um ano, a empresa colocou os pés no Brasil com a aquisição da Pacific Hydro, que tinha parques eólicos na Paraíba. Alguns meses depois, em setembro, foi vencedora do leilão da concessão da hidrelétrica de São Simão, da Cemig, por R\$ 7,18 bilhões.

"Nosso foco é a área de energias renováveis - operações de geração eólica e solar e grandes hidrelétricas", diz a gaúcha Adriana Waltrick, CEO da SPIC Pacific Hydro desde abril do ano passado. A executiva estava na Pacific Hydro desde 2012. E foi mantida pela nova acionista. Fez longa carreira (13 anos) no grupo CPFL Energia, também controlado pela chinesa State Grid.

Há uma semana, a SPIC assumiu, de fato, a gestão da hidrelétrica São Simão. Até então, desde novembro, fazia operação assistida com a Cemig, antiga dona. "Passamos a operar o ativo com nossa própria equipe", informa. A empresa

manteve metade dos funcionários operacionais e hoje tem na filial Brasil, mais de 100 pessoas.

Adriana disse que a SPIC está, no momento, elaborando um plano de investimento para São Simão, que tem capacidade instalada de 1,71 mil MW. Deverá ficar pronto em dois meses, período em que serão feitos estudos econômicos e de engenharia para a usina, que tem 40 anos de idade. Além de ser modernizada, poderá ser repotencializada. Ou seja, ganhar mais potência de geração. "O objetivo é torná-la mais eficiente", diz a executiva.

Para vender 30% da energia de São Simão no mercado livre, há dois meses foi criada uma comercializadora, a SPIC Brasil, e contratou um executivo com vasta experiência para comandar. A empresa vai comercializar o correspondente a 360 MW para grandes consumidores do setor e industriais nesse mercado. A maior parcela, 70%, é vendida em leilões regulados.

Sobre a volta à mesa de negociações com Odebrecht e Cemig para aquisição da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, Adriana disse que não falaria sobre planos de aquisições do grupo. A usina de Rondônia se encaixa no foco da SPIC, que avaliou o ativo por vários meses. mas o negócio não prosperou na época.

A executiva informou que a empresa estará presente nos leilões que forem programados no país, como o A-6, no fim de agosto. "Temos um pipeline de projetos eólicos de 260 MW no Rio Grande do Norte". São três parques, não muito distantes dos dois que eram da Pacific Hydro, na Paraíba - Millenium e Vale dos Ventos, que somam 58 MW.

Em solar, a SPIC não tem ainda projeto definido, mas a área está na sua estratégia. "Temos um dos maiores parques de solar do mundo, de 9 GW, que vai para 15 GW em 2020", diz Adriana. O grupo até fabrica painéis fotovoltaicos.

Presente em 41 países e capacidade instalada de geração de 140 GW, atua de energia hidráulica a nuclear e solar. Tem faturamento de US\$ 30 bilhões e 140 mil funcionários. Até 2020, conta Adriana, a SPIC tem plano de adicionar em seu portfólio 30 GW. "O Brasil é uma das rotas de expansão da SPIC. É prioridade", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Renato Rostás e Fernanda Pires | De São Paulo

Título: CSN vai vender mais ativos para acelerar corte na dívida

Em dia para discutir o balanço do primeiro trimestre da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), todas as atenções do mercado estavam, de novo, voltadas para sua dívida e medidas a serem tomadas para reduzi-la. Benjamin Steinbruch, presidente da empresa, garantiu ontem em teleconferência que segue com o plano de vendas de ativos e que pretende acelerá-lo.

No fim do trimestre, o endividamento líquido da empresa fechou em R\$ 26,5 bilhões, com alta de 1% sobre fim de dezembro.

A grande novidade é a Lusosider, operação do grupo em Portugal, agora uma das possibilidades de desinvestimento. Na unidade, localizada a 30 quilômetros de Lisboa, a CSN usa bobinas a quente para laminar a frio e galvanizar o aço, com uma capacidade total de 550 mil toneladas de laminados por ano.

Steinbruch também citou como alternativa o Sepetiba Tecon, terminal portuário que explora em Itaguaí (RJ) e cuja venda já foi considerada, mas não se alcançou um consenso com potenciais compradores. Ele declarou que recentemente as conversas sobre essa operação começaram a amadurecer.

Conforme o **Valor** apurou, há conversas com o operador de terminais de contêineres PSA, de Cingapura, um dos maiores do mundo, mas sem negociação firme. O grupo asiático, que movimentou 74 milhões de Teus (contêiner de 20 pés) em 2017, não tem terminal no Brasil. Para efeito de comparação, todos os portos brasileiros escoaram no período 9,2 milhões de Teus.

No passado, a CSN chegou a negociar com a PSA, num processo em que vários grupos se interessaram, mas não evoluiu por questão de preço. O "pisso" pelo ativo é R\$ 1,2 bilhão - empresa contratada pela CSN em 2015 avaliou o Sepetiba Tecon entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão.

A parceria com a PSA atrai a CSN porque a companhia pode negociar com armadores em escala global, atraindo navios para o terminal. Recentemente, o Sepetiba Tecon foi homologado como apto a receber navios de 366 metros de comprimento, a maior classe de porta-contêineres a escalar a Costa Leste da América do Sul. Um grande diferencial competitivo em relação a outros portos, como Santos, o maior do país e limitado a embarcações de até 336 metros.

Na área de mineração, o presidente da CSN voltou a considerar oferecer uma participação em Congonhas (MG), onde controla a Casa de Pedra e tem como alternativa se desfazer de minas menores.

"Vamos atender ao que o mercado solicitou em redução da alavancagem", prometeu Steinbruch. As metas estão mais claras. Em 12 meses, a siderúrgica quer reduzir a alavancagem (dívida líquida/Ebitda) - ou quantos anos de resultado operacional levaria para pagar as obrigações - de 5,8 vezes em março

para no máximo 3,5 vezes. Serão, no total, R\$ 4 bilhões em desinvestimentos, metade até junho.

Na segunda-feira, a CSN acertou a venda da LLC, sua laminadora dos Estados Unidos, à Steel Dynamics, por US\$ 400 milhões. O negócio pode render ainda mais ao caixa, dado que US\$ 60 milhões de capital de giro serão ajustados quando a transação for concluída, algo esperado em 90 dias. O valor pode atingir US\$ 500 milhões (R\$ 1,8 bilhão).

Ao vender a operação americana, a CSN convenceu os analistas. Em relatórios, BTG Pactual, Credit Suisse, Itaú BBA e XP Investimentos elogiaram a decisão e disseram que a transação pode abrir caminho para novas vendas, como a companhia promete há quase três anos. Além dos negócios à venda, existe também a chance de alienar a participação na concorrente Usiminas.

Mas essas notícias não animaram os investidores. As ações caíram 1,26% ontem, para R\$ 9,40.

O diretor comercial, Luis Martinez, revelou que espera vender cerca de 3,4 milhões de toneladas de aço no país este ano - até 85% das vendas totais. O reajuste de preço no Brasil - a distribuidoras e indústrias -, já sinalizado para junho, segue nos planos. Vai ficar na faixa de aumento de 7,5% a 10%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Por Fernando Lopes, Luiz Henrique Mendes e Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Bunge fará IPO de subsidiária sucroalcooleira

Depois de anos em uma busca infrutífera por um comprador para seus negócios sucroalcooleiros no Brasil, a americana Bunge decidiu concentrá-los em uma nova empresa que deverá ter ações negociadas na B3. A múlti protocolou na manhã de ontem, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), um pedido de registro de companhia aberta para a Bunge Açúcar & Bionergia, cujo valor de mercado total é estimado por analistas em cerca de R\$ 6 bilhões.

Segundo informações divulgadas pela multinacional, a empresa recém-criada reúne suas oito usinas instaladas no país, que têm, juntas, capacidade de moagem de 22 milhões de toneladas de cana por safra. Espalhadas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Tocantins (*ver infográfico*), as plantas produzem açúcar, etanol e contam com unidades de cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana.

A capacidade total de moagem coloca a Bunge Açúcar & Bioenergia entre os cinco maiores player do segmento no Brasil, atrás de Raízen, controlada pela Cosan, Biosev braço da Louis Dreyfus Company, Atvos subsidiária da Odebrecht e São Martinho. Mas, como é normal também em outros grupos, sua moagem efetiva está abaixo da capacidade - na safra 2017/18, que terminou em março, estima-se que tenha sido de 19,5 milhões de toneladas.

Segundo fontes de mercado ouvidas pelo **Valor**, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) dos negócios reunidos na nova empresa giram em torno de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,5 bilhão por ano e seu Capex anual é da ordem de R\$ 1 bilhão.

"A Bunge preparou a divisão para operar como uma empresa autônoma e recentemente obteve financiamento para o negócio. O pedido de hoje [ontem na CVM] avança ainda mais nas intenções anteriormente declaradas pela Bunge de centrar o foco nas áreas de agribusiness [inclui grãos] e alimentos e ingredientes e permite que a empresa avance com uma oferta pública inicial de ações, sujeita às condições de mercado e avaliação", informou a múlti em comunicado.

Apesar de representar uma novidade em relação ao discurso de alguns anos atrás, que sinalizava a intenção da múlti em se desfazer de seus negócios sucroalcooleiros no Brasil, após um longo período de maus resultados, o plano para o IPO não pegou o mercado de surpresa porque foi confirmado recentemente pelo CEO global da Bunge, Soren Schroder.

"Esperamos estar em posição de apresentar um pedido inicial no Brasil para explorar a possibilidade um IPO já neste mês", afirmou o executivo no início de maio em teleconferência sobre os resultados da multinacional no primeiro trimestre. No período, os negócios globais de açúcar e bioenergia da Bunge, nos quais a operação brasileira que deverá ser alvo do IPO era o carro-chefe, registraram prejuízo de US\$ 20 milhões. No ano passado, geraram receita líquida de cerca de US\$ 4 bilhões.

A estratégia da Bunge é permanecer como acionista majoritária da Açúcar & Bioenergia e aproveitar a tendência de melhora dos resultados sobretudo no mercado de etanol, cujas perspectivas melhoraram no Brasil após a aprovação do RenovaBio, nova política que entrou em vigor recentemente e tende a estimular o consumo de biocombustíveis no mercado doméstico. Na área de açúcar, em contrapartida, as cotações internacionais estão no momento no menor patamar em dez anos.

A Bunge começou a construir a posição de destaque que tem hoje no mercado sucroalcooleiro brasileiro em 2007, quando os investimentos estrangeiros no

segmento estavam no auge. Comprou unidades que pertenciam ao Grupo Tenório, à trading Tate & Lyle e ao tradicional Grupo Moema, do interior paulista - a maior tacada, avaliada em US\$ 1,5 bilhão, valor que incluiu dívidas - e virou protagonista em uma área na qual não tinha tradição. Uma das maiores processadoras e exportadoras de grãos do Brasil na época, posição que ocupa até hoje, começou a colher dores de cabeça em série com a empreitada, o que motivou a procura por sócios ou compradores.

Willian Hernandez, sócio da consultoria FG/A, de Ribeirão Preto - epicentro do principal polo de produção de açúcar e etanol do país -, está entre os que acreditam que o valor de mercado total da Bunge Açúcar & Bionergia é de cerca de R\$ 6 bilhões. Ele baseia sua estimativa em cálculos referentes a outros grandes players do segmento. Ainda que outros fatores influenciem a equação, a São Martinho, que tem muita terra, tem valor equivalente a R\$ 410 por tonelada de cana efetivamente moída; no caso da Biosev, a conta aponta para R\$ 340 por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Com Petrobras, bolsa fecha acima dos 85 mil pontos

O Ibovespa até ameaçou zerar as perdas ontem com mais uma alta da Petrobras, mas acabou cedendo à pressão do exterior. O aumento da percepção de risco lá fora colocou o dólar em forte valorização no mundo e levou os mercados emergentes de renda variável a mais um dia de correções. A bolsa brasileira fechou em queda, mas manteve-se acima dos 85 mil pontos.

O principal índice da bolsa caiu 0,12%, aos 85.130 pontos, depois de ceder 1,64% no começo do dia, aos 83.830 pontos na mínima. No início da sessão, os investidores operaram com uma cautela maior, o que acabou se dissipando conforme a liquidez aumentava no dia. O giro foi de R\$ 11,3 bilhões, acima do volume médio diário do mês, de R\$ 10,3 bilhões, e também da média diária do ano, de R\$ 8,6 bilhões.

O mês de maio tem reservado aos investidores uma sequência de notícias que justifica o giro mais forte - desde o dia 8, o volume diário negociado tem superado a faixa dos R\$ 10 bilhões, o que não é comum, exceto em dias de vencimento de opções, como acontece hoje.

O grande destaque é Petrobras, que teve mais um dia de ganhos e impediu o Ibovespa de ter quedas intensas. Ontem, a ação ordinária da estatal subiu 2,52%, enquanto a preferencial avançou 2,10%. E os motivos da alta são

diversos: além de ser estimulada pela valorização do preço do petróleo e do dólar, que dá perspectiva positiva para a receita, o debate sobre a cessão onerosa voltou a influenciar a demanda pelo papel.

Investidores trabalham com a expectativa de que a revisão do contrato de cessão onerosa no pré-sal deva sair ainda nesta semana. Ontem, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que não há nenhum acordo fechado entre a Petrobras e o governo, mas trabalha para anunciar a decisão até quinta-feira (17). Segundo um operador, como a resolução do imbróglio tem força para destravar valor para a Petrobras, investidores querem estar posicionados nas ações antes de o anúncio acontecer.

Mas se a Petrobras é o destaque positivo, de outro lado o investidor global está elevando a percepção de risco. Os rendimentos dos Treasuries atingiram nova máxima histórica, aos 3,080%, o que voltou a forçar uma redução de exposição na renda variável global. Isso explica a queda das bolsas americanas e, consequentemente, a pressão sobre o Ibovespa e outros emergentes.

"A tendência que vimos desde o começo do ano é de alta da bolsa, mesclada com algumas correções. Agora, essa correção pode vir mais forte, com o aumento da volatilidade no mundo e com os movimentos mais agudos do dólar", afirma Rafael Gonzalez, sócio da Platinum Investimentos. "E temos a eleição, que não traz qualquer alívio internamente."

O enfraquecimento do câmbio continua levando o investidor a incluir exportadoras e outras empresas que obtêm receitas em dólar em seus portfólios, como estratégia de "hedge" (proteção). Por isso, a Natura liderou as altas do Ibovespa ontem (5,21%). As perspectivas para a companhia são boas nesse aspecto depois da compra da The Body Shop e, desde a semana passada, o interesse pela empresa está renovado com o lucro operacional do primeiro trimestre acima do esperado. Na mesma dinâmica, a Embraer ficou com a segunda maior alta do dia (4,24%).

MME / ASCOM .